



PODER / Relator Jean Paul Prates diz esperar que o plenário do Senado aprecie as propostas na quarta-feira. De acordo com o parlamentar, os presidentes da Casa, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, receberam bem os textos

Expectativa de votar PLs dos combustíveis

» RAPHAEL FELICE

O Senado Federal deve votar, na quarta-feira, dois projetos relativos ao preço dos combustíveis. O PL 1.472/2021, que cria um fundo de estabilização dos valores, e o PLP 11/2020, a respeito da mudança na metodologia de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos.

Ambos os textos estão sob relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN). De acordo com o parlamentar, as propostas foram bem recebidas pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), envolvidos diretamente na articulação em busca de soluções para amortizar o preço dos combustíveis.

A proposta que altera o ICMS teve origem na Câmara e previa que as alíquotas do tributo fossem aplicadas somente no fim da rede, mas o substitutivo apresentado por Prates prevê a cobrança de um valor por litro na refinaria ou na importação. Caso seja aprovado no Senado, o PLP voltará para apreciação dos deputados. O texto tem a simpatia de Arthur Lira, que, desde o ano passado, faz campanha para alterações na cobrança do ICMS, chegando a afirmar que o imposto era “o que estava pesando no bolso dos brasileiros”.

Já no projeto de lei que muda a política de preços de combustíveis, a novidade é a criação da Conta de Estabilização de Preços (CEP), que será administrada pelo Executivo e poderá usar receitas da tributação da exportação de petróleo. Na versão anterior, o substitutivo criava um fundo federal para ser usado na estabilização de preços. O senador destacou, porém, que Legislativo não pode criar fundos a serem geridos pelo Executivo. Por isso, transformou a ferramenta em uma conta — o governo poderá administrá-la diretamente ou por meio de um banco público.

De acordo com o relatório de Prates, “a CEP poderá utilizar fontes de receita derivadas da elevação extraordinária do preço internacional do petróleo e dos preços de combustíveis no Brasil, quando atrelados à paridade de preço de importação”. “Dessa forma, reduz-se o conflito distributivo, já que a conta é abastecida por recursos extraordinários oriundos dos chamados windfall profits, lucros excepcionais que o Estado brasileiro auferiu.”

Tributação

A principal novidade do PL 1.472/2022 para custear a estabilização de preços dos combustíveis é um imposto sobre a exportação de petróleo bruto. O projeto estabelece alíquotas mínimas e máximas para cada faixa de preço do barril (em dólares americanos), da seguinte forma:

- » 0% para o valor até US\$ 45
 - » De 2,5% a 7,5% para o valor entre US\$ 45 a US\$ 85
 - » De 7,5% a 12,5% para o valor entre US\$ 85 e US\$ 100
 - » De 12,5% a 20% para o valor acima de US\$ 100
- Obs.: o Poder Executivo poderá determinar as alíquotas, observando as margens estabelecidas.

Fonte: Agência Senado

Banda de preços

A compensação a ser feita pela CEP se baseará no sistema de banda de preços, introduzido pelo projeto. O Executivo definirá limites mínimo e máximo para os preços dos derivados de petróleo. Quando os preços de mercado estiverem abaixo do limite inferior da banda, os recursos correspondentes à diferença serão acumulados na conta; quando estiverem acima do limite superior, a conta servirá para manter o preço real dentro da margem regulamentar.

Consenso

Além do aval de Lira e Pacheco, Prates trabalha em prol de um consenso com parlamentares de diversos espectros políticos para aprovar a proposta na quarta-feira. Entretanto, o senador avalia as medidas como paliativas e ressalta que, para ter o melhor resultado, vai depender de como o governo federal utilizará as ferramentas que o Congresso vai lhe proporcionar, caso os textos sejam aprovados.

“A expectativa é de que o conjunto das medidas a ser aprovado pelo Senado e, posteriormente, pela Câmara dos

Roque de Sá/Agência Senado



Segundo o senador Jean Paul Prates, a intenção é de que a Câmara avalie os projetos depois do carnaval

Deputados seja capaz de reduzir em até R\$ 0,50 o valor do litro da gasolina na porta das refinarias. Hoje, ela é comercializada por pouco mais de R\$ 3 nas refinarias e chega ao consumidor nos postos de combustíveis por cerca de R\$ 7, a depender da região do país”, destacou. “É preciso lembrar que o valor da redução nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha vai depender de como o governo utilize as ferramentas que estamos colocando à disposição do Poder Executivo.”

O líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), está cético em relação aos textos. “Todas essas propostas que estão no Congresso são cloquiquina, pois não vão resolver o problema. Deveria alterar a política de Preço de Paridade Internacional (PPI)”, frisou o parlamentar, que também questionou o fato de a paridade não considerar no cálculo os derivados produzidos e refinados no país. (Com Agência Senado)

Quatro perguntas para / Jean Paul Prates, relator das duas propostas no Senado sobre combustíveis

A estabilização do ICMS vai tirar receita dos governadores? Haverá alterações na forma de cobrança dos impostos federais também?

Não esperamos uma perda significativa na arrecadação estadual, mas uma normalização das receitas ao longo do tempo. A maior parte das medidas que propomos em relação ao tema dizem respeito à forma de cobrança do imposto. Uma das principais alterações é a que estabelece que alíquota será cobrada sobre o volume do produto e não em cima do valor dele. De qualquer forma, não nos propomos a mexer nas alíquotas. Isso é atribuição do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária)

Pretende fazer alterações em relação ao PPI?

PPI é o problema a ser atacado. É responsável por essa distorção absurda dos preços no mercado brasileiro e por

termos uma estatal que atende aos interesses apenas dos acionistas privados, e não da sociedade que, durante anos, investiu recursos na sua consolidação e crescimento. Infelizmente, PPI é uma questão que não vai ser resolvida neste governo e com a urgência necessária neste momento.

Acredita que os textos vão ser bem-aceitos nas duas Casas?

Creio que temos boas chances de aprovar as propostas rapidamente no Senado e na Câmara dos Deputados. Por isso, estamos dialogando com todos os atores desse processo. Na semana que passou, me reuni com os presidentes do Senado (Rodrigo Pacheco, do PSD-MG) e da Câmara dos Deputados (Arthur Lira, do PP-AL). Saí desse encontro com a certeza de que os dois projetos vão contar com a boa vontade dos dois. Estamos correndo contra o tempo, e deputados

e senadores têm a obrigação de dar uma resposta à população, que já não suporta mais esta escalada de preços.

Quais avanços foram obtidos e o impacto que as propostas terão nos combustíveis? Haverá efeito imediato?

A expectativa é de que o conjunto das medidas a ser aprovado pelo Senado e, posteriormente, pela Câmara dos Deputados seja capaz de reduzir em até R\$ 0,50 o valor do litro da gasolina na porta das refinarias. Hoje, ela é comercializada por pouco mais de R\$ 3 nas refinarias e chega ao consumidor nos postos de combustíveis por cerca de R\$ 7, a depender da região do país. É preciso lembrar que o valor da redução nos preços dos combustíveis e do gás de cozinha vai depender de como o governo utilizará as ferramentas que estamos colocando à disposição do Poder Executivo.

Edésio Ferreira/EM/DA Press



Zema: em nota, governo diz que mantém diálogo aberto

Zema enfrenta protestos de policiais

» MATEUS PARREIRAS

O comando da Polícia Militar de Minas Gerais resolveu liberar seus integrantes da ativa para participar do protesto, hoje, em Belo Horizonte, contra o governo do estado por recomposição salarial.

Na noite de sábado, o comandante-geral da corporação, coronel Rodrigo Sousa Rodrigues, fez afagos aos manifestantes, demonstrou apoio às demandas, mas não criticou o governo diretamente. Pelo contrário, preferiu dizer que a administração estadual sabe das demandas e procura uma solução.

“Continuaremos em franca negociação com o governo do estado, que já reconheceu nossas perdas inflacionárias e busca soluções para reposição da remuneração da tropa, que tem se desdobrado, inclusive na pandemia, para que o estado continue a ser referência em segurança pública”, frisou.

No final de 2020, o governador Romeu Zema enviou à Assembleia o Projeto de Lei nº 1.451/20, que previa recomposição salarial de 41%, dividida em três parcelas, sendo 13% em julho de 2020, 12% em setembro de 2021 e 12% em setembro de 2022.

Em nota, o governo de Minas

disse que “mantém diálogo aberto com todas as categorias, levando em conta as necessidades dos servidores e o importante trabalho prestado por eles ao estado”. “Mesmo diante de todas as dificuldades financeiras enfrentadas e aprofundadas pela crise sanitária da pandemia, em 2020, foi concedido reajuste de 13% para as forças de segurança”, enfatizou.

Também de acordo com o governo, “com a adesão ao RRF (Regime de Recuperação Fiscal), projeto que aguarda análise da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o estado terá condições de aplicar

a recomposição da inflação nos salários de todas as categorias do funcionalismo público, e dar continuidade ao pagamento das dívidas herdadas, como os repasses para os municípios e os depósitos judiciais”.

A nota também destacou: “Atualmente, as despesas obrigatórias do estado ultrapassam 100% da arrecadação na maior parte dos anos e a perspectiva é que elas permaneçam próximas desse patamar. O Governo de Minas tem se dedicado para conseguir, mesmo nesse cenário, trazer melhorias para os servidores, pois reconhece o trabalho valioso que eles prestam”.